



Para fazer
o que nunca
foi feito

INFOMAIL

Mariana
Mortágua

Dina
Letra

Pela Madeira

LEGISLATIVAS 2024

Depois de 10 de março, Portugal será diferente.
A escolha é entre um regresso ao passado, com mais desigualdade e autoritarismo - ou mudar para melhor. O **Bloco** é a força para abrir esse caminho, um caminho de mudança, assente num acordo à esquerda por mais salário, habitação, educação e saúde.

O PS não tem soluções para as crises que criou. Deixou a saúde e a educação degradarem-se e fez explodir a crise na habitação. O salário médio estagnou e a política do PS deixou um país de salários mínimos. Enquanto a renda, a prestação e a inflação apertavam a vida do povo, a banca, a EDP e a Galp tiveram lucros recorde.

A direita esteve junta no governo de Passos Coelho e Paulo Portas. Agora quer juntar-se de novo. Querem enfraquecer os serviços públicos para dar milhões a ganhar aos privados. Querem menos impostos para os mais ricos, menos proteção social para os de baixo. Protegem a minoria: os donos disto tudo, os milionários, as grandes empresas. A direita é sempre a forma errada de nos livrarmos da má política. Não merecem o benefício da dúvida.

O voto no Bloco coloca a direita no seu lugar: a oposição, longe do poder. Mas as coisas não podem continuar na mesma. O Bloco denunciou a promiscuidade e a corrupção e já disse ao que vem nestas eleições. Queremos ter força para impor uma maioria na Assembleia da República que traga mudança à vida das pessoas. Uma maioria que garanta que os salários médios aumentam, que baixe as rendas e as prestações, que garanta médicos nos hospitais e professores nas escolas.

Votar Bloco é dar força à mudança e é um voto que conta para uma maioria à esquerda. Queremos um acordo amplo para essa maioria para melhorar a vida.

PROGRAMA PARA VIRAR A PÁGINA



Acabar com a impunidade e a corrupção

Criminalização do enriquecimento injustificado, taxar a 100% a riqueza abusiva sem origem clara; durante seis anos, ex-governantes não podem ser contratados por empresas do setor que tutelaram.



Proteger o planeta com justiça social

Combater as alterações climáticas com mais transportes e empregos, sem penalizar quem trabalha.

Passes municipais a 15 euros e intermunicipais a 20 euros em todo o país; passe ferroviário nacional a 40 euros.

Energia renovável: aposta no solar descentralizado e fim das megacentrais.

Revogar as leis PIN e o simplex ambiental; novas regras para exploração de recursos naturais, agricultura intensiva e turismo agressivo.

Cortar as emissões dos mais ricos: taxar os lucros das petrolíferas; travar os jatos privados; eletrificação dos cruzeiros.



Justiça contra os privilégios

Imposto sobre as grandes fortunas e sobre lucros excessivos.

IVA da eletricidade e gás a 6%; leques salariais nos setores público e privado: nenhum gestor pode ganhar num mês mais do que um trabalhador da mesma empresa ganha num ano.



Saúde e Educação: o futuro é Público

Sem investir no SNS e na Escola Pública teremos serviços públicos degradados para os pobres e a classe média a pagar caro no privado.

Mais profissionais para o SNS funcionar: exclusividade a sério com majoração de 40% do salário; aumento em três posições remuneratórias (mínimo 150 euros); progressões automáticas.

Saúde oral, psicologia e nutricionistas no SNS; medicamentos 100% comparticipados para quem tem rendimento inferior ao salário mínimo.

Recuperação total do tempo de serviço dos professores; programa de vinculação extraordinária de docentes precários; regime de compensação a docentes deslocados.

Rede de creches públicas com 125 mil novas vagas.





Casas para morar, não para especular

Garantir o direito à habitação é limitar o poder dos especuladores, do turismo e da banca.

Baixar as rendas: tetos para as rendas, segundo a zona e a tipologia; estabilidade no arrendamento; limites ao aumento das rendas.

Mais casas para viver: proibir a venda de casas a estrangeiros não residentes; limitar o Alojamento Local; 25% da nova construção tem de ser para habitação acessível; fim dos benefícios fiscais à especulação e a residentes não habituais.

Baixar os juros da habitação: reduzir os juros na Caixa Geral de Depósitos, arrastando todo o sistema bancário.



Horários, salários e pensões para poder viver

Mudar as regras do trabalho, por mais salário ao fim do mês e tempo para viver.

Salário mínimo 900 euros em 2024 com atualização anual de 50 euros + valor da inflação.

35 horas semanais de trabalho, semana de 4 dias e 25 dias de férias/ano no público e no privado. Mais tempo para os filhos: licença paga 5 dias/ano.

Mais 500 euros no salário de entrada na Função Pública para servir de referência ao privado e puxar salário médio para cima.

Trabalho por turnos: mais tempo e fins de semana para descansar, reforma antecipada e subsídio de turno obrigatório.

Justiça nas pensões: reforma sem penalizações aos 40 anos de descontos, pensões de quem tem mais de 20 anos de desconto acima do limiar da pobreza e recuperar pensões antecipadas penalizadas pelo "fator de sustentabilidade".



Igualdade é democracia

As instituições têm de mudar para incluir toda a gente, sem excluir nem discriminar. Só assim defendemos a democracia.

Igualdade de género: sancionar empresas que não aplicam a igualdade salarial entre homens e mulheres; crime de violação deve ser crime público; renda acessível para famílias monoparentais.

Vencer o racismo e a xenofobia: fim dos despejos sem alternativa de habitação; revisão dos manuais escolares com uma perspetiva anticolonial e antirracista; alteração ao Código Penal para impedir abordagens policiais com base na pertença etnoracial.

Direitos LGBTQI+: introduzir o direito à identidade de género na Constituição; formar os funcionários públicos em direitos LGBTQI+; uniformizar as normas de acesso das pessoas trans à saúde.

IVG, cumprir um direito: a interrupção voluntária da gravidez foi uma conquista que está posta em causa. Para que todas tenham acesso à IVG, propomos: fim do período de reflexão obrigatório e da exigência da intervenção de 2 médicos; alargamento do prazo até às 12 semanas; aborto médico nos centros de saúde e para as unidades de saúde familiar.





Candidatos pela
Região Autónoma
da Madeira



Dina Letra
49 anos,
secretária de direção



Ricardo Brito
43 anos,
ator e encenador



Carina Quintal
43 anos, assistente
de vendas



Higino Vasconcelos
41 anos, segurança



Mónica Pestana
35 anos, profissional
de audiovisual



Diogo Teixeira
21 anos, assistente
de marketing e vendas



Margarida Monteiro
51 anos,
assistente operacional



Paulo Sousa
48 anos,
motorista de turismo



Igor Andrade
38 anos,
assistente parlamentar

Propostas para a Madeira

O salário, a saúde e a habitação são prioridades do Bloco. Enquanto aumentam os lucros dos mais ricos, quem trabalha perde poder de compra. Perdeu-se a força da contratação coletiva. Os trabalhadores deixaram de ter voz. É urgente rever a lei laboral e isso só pode ser feito com mais força do Bloco.

A habitação é prioritária. Os madeirenses têm sido expulsos pelo alojamento local e pela construção de luxo. A habitação é um direito e quem cá vive e trabalha tem de ter uma casa que possa pagar.

Salvar o SNS é um desígnio do Bloco. A saúde não é um negócio e o Estado deve assegurar que toda a gente tem acesso à saúde. Na Região não é diferente, cada vez mais, só quem tem dinheiro acede a consultas e exames atempados.

Mais autonomia é fundamental. O Estado deve garantir a coesão social e territorial. É necessária mais solidariedade com as regiões ultraperiféricas. A revisão do Estatuto Político-Administrativo é essencial para consagrar a igualdade de género, aplicando a paridade na lei eleitoral da RAM, e para combater a corrupção com a Lei das incompatibilidades e impedimentos de titulares de cargos públicos. A autonomia deve estar ao serviço das e dos madeirenses e portossantenses e não do PSD-M e dos interesses que este serve.

A nossa imperfeita democracia garante a liberdade e o estado social e de direito conquistado no 25 de Abril. A extrema-direita tem cavalgado a frustração, mas as soluções para a vida do povo não se alcançam com um estado policial; nem retirando liberdades às mulheres ou às minorias; nem proibindo a liberdade de expressão e de associação; tão-pouco com ódio contra quem pobre e sem nunca tocar nos grupos económicos que recebem milhões em borlas fiscais. O Bloco defende mais e melhor democracia.

O BLOCO PROPÕE:

- Ouvir a região sobre acordos e tratados internacionais e obrigação de parecer vinculativo regional nas matérias que dizem respeito à região autónoma;
- Rever a Lei das Finanças Regionais, retirando os limites impostos no tempo da troika, adaptando-a às atuais necessidades e garantindo estabilidade, condicionando a sua revisão;
- Controlo, gestão e investimento públicos nos cabos submarinos que ligam as regiões autónomas ao continente; financiamento da substituição do anel de cabos submarinos inter-ilhas;
- Nova política para o mar e alteração do seu regime jurídico e investimento na investigação;
- A celebração de contratos-programa entre a República e as regiões em projetos que visem a transição energética, o investimento em infraestruturas de saúde e a investigação científica;
- Direito à mobilidade nas regiões autónomas e o fim do pagamento total e antecipado das tarifas no acesso ao subsídio de mobilidade;
- Reforço da RTP nas regiões, com autonomia, financiamento adequado, capacidade de produção própria, preservação, promoção dos arquivos e vinculação dos e das profissionais precários;
- Renegociação da dívida da Região ao Estado com a redução de encargos anuais e dos juros totais;
- Melhorar a operacionalidade do Aeroporto da Madeira, investindo em meios tecnológicos e estudo dos ventos;
- Financiamento de uma ligação marítima regular de passageiros e de mercadorias entre a Região e o continente;
- Recuperação dos serviços públicos da responsabilidade da República com enfoque na justiça e das forças de segurança;
- Pagamento do subsídio de insularidade a todos os trabalhadores da administração pública central;
- Permanência de helicóptero da Força Aérea para missões de resgate e salvamento;
- Reforço do apoio financeiro à Universidade da Madeira;
- Gratuidade dos transportes públicos e reforço dos apoios às energias verdes para empresas e particulares;
- Construção de habitação social e a preços controlados;
- Permanência e reforço de meios aéreos de combate aos incêndios e de apoio às populações afetadas.



Conhece
o nosso
programa
em ↙

programa2024.bloco.org



Recebe as
novidades
do Bloco ↙